



DESAFIOS DO EDUCAR: A TEORIA E A PRÁTICA EM EQUIPE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ABAM, BLUMENAU, SC.

Sheila Elisa S. Klein – sklein@furb.br Silvia Odebrecht – siba@furb.br João Francisco Noll – jacitara@furb.br Ralf Klein – klein@furb.br Universidade Regional de Blumenau – FURB Rua Antônio da Veiga, 140 – Victor Konder 89012-000 – Blumenau – SC

Resumo: Este artigo relata as atividades de prestação de serviços de Arquitetura e Engenharia para a Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM. O objetivo é divulgar a experiência do desafio de educar a partir de um processo de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária do Programa Construir. Refere-se ao atendimento das solicitações quanto às necessidades desta entidade que atende crianças e adolescentes carentes de apoio familiar e financeiro. Para concretizar a ação educacional e social, a equipe do Programa Construir atraiu estudantes voluntários interessados no tema e que pretendem desenvolver projetos afins em seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Foi elaborado o anteprojeto arquitetônico da reforma de duas edificações: os espaços de atendimento familiar e o abrigo de menores, visando propiciar melhorias funcionais e sanitárias. Para este fim, foi necessário um completo levantamento de dados na entidade local, além de pesquisas sobre processos de projetos de edifícios com princípios de reabilitação social de menores carentes e sobre a legislação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Dos resultados sobressaem os conhecimentos adquiridos nas pesquisas, nas relações sociais e nos projetos técnicos, conciliando a teoria e a prática. Conclui-se que esta experiência educacional com participação social trará melhorias na qualidade de vida da comunidade atendida, um maior envolvimento comunitário do Programa Construir e o aprimoramento educacional e social dos acadêmicos e professores extensionistas.

Palavras-chave: Ensino, Extensão, Desafio, Educação, Participação Social.

1. INTRODUÇÃO

A integração Ensino, Pesquisa e Extensão é fundamental quando se pretende ampliar a capacidade cognitiva dos estudantes e o desenvolvimento de outras capacidades demandadas pelas inteligências múltiplas. Auxilia no preparo de profissionais capazes de atender às novas



Realização:





Organização:







exigências de trabalho no início deste século e que vão além do conhecimento específico na sua área de atividade, a parte de estimular sua participação social.

A extensão está diretamente relacionada com o conhecimento, com a aprendizagem e com o compromisso social. A partir de um contato direto com a realidade e o contato com diferentes segmentos sociais, as atividades de Extensão são articuladoras da Pesquisa e do Ensino e possibilitam a convivência com grupos carentes de participação real nos processos sociais. A pesquisa investiga, reflete e debate sobre os diversos aspectos correspondentes à área de formação, permitindo um processo de reconstrução contínuo.

Este artigo visa relatar o processo de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária do Programa Construir, através da prestação de serviços de Arquitetura e Engenharia para uma entidade que atende crianças e adolescentes carentes de apoio familiar e financeiro, a Associação Blumenauense de Amparo aos Menores – ABAM. Esta tem como finalidade amparar os menores proporcionando condições para impulsionar uma melhora à sua qualidade de vida e a consequente mudança do seu comportamento perante sua família e a sociedade.

Para concretizar a ação educacional e social, a equipe do Construir, que geralmente auxilia a construção de equipamentos comunitários para Associações de Moradores, atraiu estudantes voluntários interessados no tema e que pretendem desenvolver projetos afins no Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura.

Foi elaborado o anteprojeto da reforma e ampliação das edificações existentes da ABAM, para propiciar a sua construção e, também melhorias no funcionamento dos ambientes e no atendimento dos menores carentes. Foi necessário um extenso levantamento de dados na entidade local, além de uma pesquisa bibliográfica sobre as necessidades desse tipo de usuário e de forma a atender a legislação afim e vigente.

2. O PROGRAMA CONSTRUIR ampliando sua atuação social

O Programa Construir é uma atividade de extensão universitária desenvolvida junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional de Blumenau - FURB -, que visa facilitar a construção de equipamentos comunitários através da prestação de serviços gratuitos, realizando projetos de Arquitetura, Paisagismo e Engenharia, principalmente sedes de Associações de Moradores.

Para elaboração dos projetos uma equipe de acadêmicos e professores extensionistas visita o local e realiza os levantamentos necessários, entrevista os interessados nos serviços, realiza os estudos para os projetos solicitados e os discute com representantes da comunidade para, na sequência, elaborar os projetos solicitados.

A equipe do Programa Construir formou parceria com estudantes voluntários interessados no tema sobre o amparo aos menores carentes e que pretendem desenvolver projetos afins como Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

2.1. Instituições de Amparo aos Menores e a ABAM

O tema infância e adolescência no Brasil teve diferentes enfoques, reflexo das diferentes ópticas sob as quais já foi visto dentro do aparato estatal: desde uma perspectiva correcional e repressiva, objetivando proteger a sociedade de menores "em situação irregular", à uma visão de garantia de direitos, visando oferecer proteção integral a todas as crianças e a todos os adolescentes.





O termo "menor" passou a referir-se à situação de abandono e/ou marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhes correspondem. De acordo com o Código de Menores de 1927, os menores abandonados são os que possuem menos de 18 anos, não têm habitação certa, podem ou não possuir pais, familiares ou tutores, mas não se encontram sob suas guardas ou esses não apresentam condições morais e/ou financeiras de exercer essa guarda e apresentam condutas contrárias à moral e aos bons costumes, estão em estado de vadiagem, mendicidade ou libertinagem.

Segundo Bispo (2003), a partir dos anos trinta do século passado, foram efetivadas várias mudanças na política social brasileira, principalmente no que à política de proteção à infância se refere. Dentre as transformações mais expressivas destaca-se a organização de serviços assistenciais, como a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância (1934), Instituto Nacional da Criança, o Departamento Nacional da Criança e o Serviço de Assistência ao Menor (1941), e ressalta-se que isso é resultado de um novo momento político que visava o progresso do país, que necessitava de "cidadãos fortes e capazes", sendo preciso cuidar do desenvolvimento físico e mental da infância.

No relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003), - uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República -, retiraram-se alguns dados para melhor conhecer e entender o histórico sobre a evolução das questões relacionadas às crianças e aos adolescentes em situação irregular. Até 1900 o atendimento às necessidades sociais da população brasileira foi entregue à Igreja, que o fazia por meio das Santas Casas de Misericórdia, não havia qualquer atuação do estado nesse sentido. Em 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), então ligado ao Ministério da Justiça e que era equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade com enfoque tipicamente correcional-repressivo. Após 30 anos de luta da sociedade para acabar com o SAM devido as suas práticas tipicamente repressivas, no ano de 1964 é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) com enfoque claramente assistencialista, e que tinha como órgão nacional a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem). Em 1979 foi aprovado o Código de Menores que tratava da proteção e vigilância às crianças e aos adolescentes considerados em situação irregular e que se constituía num único conjunto de medidas destinadas, indiretamente, às pessoas menores de 18 anos autoras de ato infracional, carentes e abandonadas. E, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - laureia a doutrina da proteção integral, constituindo-se na única legislação no contexto latino-americano adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, criado em 1990 e instituído como Lei Federal de n. 8069/90 (BRASIL, 1990), tem como objetivo básico estipular os direitos e as responsabilidades das crianças, e sua função é mostrar que as crianças são sujeitos de direito, com direitos pessoais e sociais garantidos por Lei e que devem ser vistas pelos Estados e pelos seus cidadãos como pessoas que necessitam de proteção para que possam crescer e se desenvolver. O Estatuto ainda estabelece que a sociedade e o Estado tem o dever de garantir às crianças proteção aos seus direitos fundamentais como a sua integridade física e moral, o seu acesso à educação, a sua proteção contra a exploração econômica e principalmente, que a família a mantenha em um adequado convívio familiar. Com isso, a proteção deixa de ser uma obrigação exclusiva da família, e a sociedade e o Estado passam a ser responsáveis pelos direitos da criança.

O Código de Menores de 1927, que regulava as normas das crianças e adolescentes não passava de um Código Penal do "Menor", pois as medidas que eram aplicadas eram realmente





sanções, sendo as medidas de proteção apenas um disfarce. Não trazia nenhum direito e nenhum apoio à família. Houve, então, uma grande transformação no Direito da Criança e do Adolescente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, trazendo a teoria da proteção integral. É uma lei reconhecida mundialmente como uma das mais avançadas na proteção à infância e juventude e, pode ser considerada uma conquista da luta pela redemocratização do país e um poderoso instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A ABAM, uma Organização Não-Governamental, em atividade desde 1957, dedica-se à defesa dos direitos da criança e do adolescente com um trabalho de caráter preventivo e educativo. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 -, a filosofia da entidade tem como princípio atender cada criança e adolescente respeitando sua individualidade e suas necessidades, de forma a garantir seus direitos e que se desenvolvam sadia e harmoniosamente (ABAM, 2012). A ABAM poderia ter capacidade de atender até 130 crianças e adolescentes através de seus programas de educação, cultura, esporte e lazer. Atualmente atende 50 menores, por falta de ambientes mais adequados e por falta de apoio financeiro. Sua sede está localizada na rua José Fischer, n. 439, no bairro Escola Agrícola, em Blumenau-SC (Figura 1).



Figura 1. Vista parcial da Sede da ABAM

2.2. Projeto de reforma e ampliação da sede da ABAM

A direção da ABAM procurou o Programa Construir para solicitar um projeto de ampliação e remodelação da área interna do abrigo de menores, com o objetivo de obter maior funcionalidade dos espaços e praticidade de manutenção, e também no sentido de atender a legislação vigente referente ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA - e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. O CONANDA foi previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como o principal órgão do sistema de garantia de direitos, pela criação de diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Este Conselho estabelece normas e diretrizes para as instalações de abrigos de menores, casas lares e casas de passagem, três modalidades de atendimento a crianças com necessidade de amparo extra familiar, que são asseguradas pela ABAM. A finalidade é amparar os menores proporcionando condições para impulsionar uma melhora à sua qualidade de vida e a consequente mudança do seu comportamento perante sua família e a sociedade.

Detalhada em Odebrecht, Noll e Klein, (2010), a metodologia usual do Programa Construir foi também adotada para o processo de projeto de reforma e ampliação da ABAM.





Primeiramente foi realizada uma reunião da equipe do Programa Construir com a diretoria da ABAM, para conhecimento da problemática, compreensão das necessidades espaciais, e das condições atuais e previstas para os menores atendidos pela instituição e visita aos espaços objetos de intervenções (Figura 2).





Figura 2. Reunião da equipe do Programa Construir com a diretoria da ABAM

Nesse momento verificou-se a necessidade de pesquisar processos de projetos de edifícios dentro dos princípios de reabilitação social de menores carentes, e a legislação pertinente quanto a exigências específicas. Para a realização destes estudos preliminares e de contextualização, a equipe de alunos do Programa Construir foi dividida em dois grupos que trouxeram seus resultados para a discussão com os professores e uma representante da ABAM (Figura 3).



Figura 3. Levantamento de dados: discussão dos estudos preliminares

Depois de realizadas as pesquisas e adquiridos e discutidos conhecimentos específicos, a equipe de alunos e professores do Programa Construir fez visitas à ABAM (Figura 4) para reconhecer o local, o estado de conservação do edifício, as condições físicas e ambientais, as carências e potencialidades existentes. Também ficaram definidas as alterações necessárias dos espaços, principalmente a total remodelação dos banheiros, que estavam em condições precárias, e o setor de serviços (cozinha, lavação, rouparia e despensas), que não atendia às exigências da ANVISA e carecia de funcionalidade.









Figura 4. Levantamento de dados: visita da equipe do Programa Construir à ABAM

Numa terceira visita foram feitas as necessárias medições das edificações existentes, devido à falta de dados em projetos anteriores, e entrevistas para entender melhor o funcionamento da entidade, o perfil dos menores que são atendidos e as reais necessidades (Figura 5).





Figura 5. Levantamento de dados: medições realizadas na ABAM

De conhecimento da legislação e das necessidades da ABAM, foram determinados os espaços, suas dimensões e interrelações, visando tornar o uso do abrigo de menores o mais funcional possível, considerando o contexto pré-existente. No projeto de reforma (Figura 6) foi ampliado um dormitório, criadas uma sala de repouso para os educadores, despensas para frutas e verduras, rouparia, espaço para produtos de limpeza, adequação da lavanderia. Também foi ampliada a sala de convivência e TV, e prevista a acessibilidade universal. Os sanitários foram completamente remodelados e adaptados para cadeirantes e outros portadores de necessidades especiais, e foram criados um acesso de serviço e saídas de emergência. Com essas alterações o programa de necessidades ficou assim definido: seis dormitórios para 32 crianças e adolescentes, do sexo masculino, de 6 a 18 anos, banheiros, sala dos educadores, sala de convivência, espaço de refeições, cozinha e louçaria, despensas para produtos secos e armazenamento de perecíveis, lavanderia e rouparia, depósito para material de limpeza e sanitário de serviço. Para maior durabilidade, os elementos verticais dos armários dos





dormitórios foram construídos em alvenaria, e suas divisões internas e portas serão projetadas e confeccionadas em madeira.

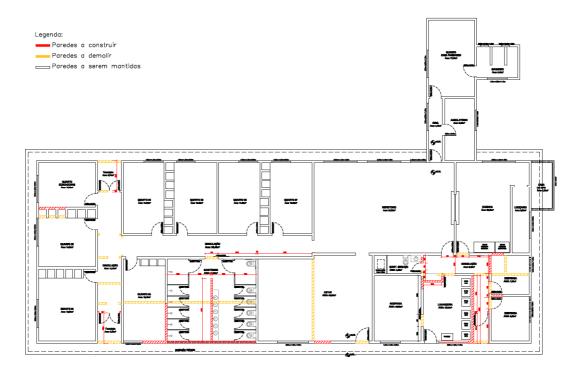


Figura 6. Projeto de reforma do Abrigo de menores da ABAM

Em edificação adjunta ao abrigo dos meninos existe a Casa de Passagem, construída em período posterior ao corpo principal, onde as crianças permanecem por poucos dias, em situações emergenciais. Esta ala apresenta um dormitório para 4 crianças e banheiro, bem como a enfermaria para atendimento de todas as crianças.

Para outra edificação, a antiga biblioteca (Figura 7), relocada para espaço mais adequado, também foi realizado projeto de reforma. O amplo espaço foi dividido em três salas de atendimento e de auxílio psicológico e comportamental aos menores e seus familiares, realizado de forma individual ou em grupo. Junto a essas salas estão uma recepção com espaço de estar para espera, uma copa e sanitários adaptados para cadeirantes e portadores de neessidades especiais.

Nestas duas edificações as reformas prevêem a demolição, relocação e construção de paredes, alteração de esquadrias, substituição de pisos e forros, revisão das instalações elétricas e ambientação e decoração dos espaços, visando sempre a funcionalidade de uso e facilidade de manutenção.

A próxima etapa refere-se à ambientação e decoração dos dormitórios e demais espaços de uso comum, cujos projetos deverão considerar a participação dos usuários na tomada de decisões, haja vista que é de fundamental importância seu envolvimento para a devida conservação e preservação desse espaços.





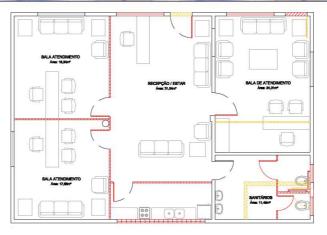


Figura 7. Salas de atendimentos e auxílio psicológico

Na etapa seguinte, referente aos serviços realizados pelo Programa Construir para a ABAM, foi realizado o levantamento de quantitativo de materiais a serem comprados com verba proveniente da Casa da Amizade, parceira da ABAM. Assim, foram definidas as áreas dos pisos cerâmicos e paredes, as dimensões e especificação das esquadrias, forros e pintura.

A diretoria da ABAM já está buscando os recursos financeiros para concretizar a obra almejada, visando propiciar melhorias, tanto funcionais quanto assistenciais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pardal, et al. (2005) afirmam que a Universidade não deve ser só um lugar de formação de pesquisadores e profissionais idôneos e de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas deve também ser capaz de compreender a realidade e contribuir no sentido de aportar valores e critérios que contribuam para fortalecer os vínculos entre os cidadãos.

A compreensão da realidade e o aporte de valores e critérios estão entre os resultados alcançados pelas propostas do Programa Construir, que se caracterizaram como positiva experiência de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pois auxiliaram na formação de profissionais Arquitetos e Urbanistas para a produção arquitetônica, de intervirem arquitetonicamente na realidade e contribuírem ao desenvolvimento regional preocupados com a conservação do patrimônio construído. Os distintos conhecimentos acadêmicos obtidos em disciplinas curriculares contribuíram para compreender a realidade, aportando olhares e experiências de forma interdisciplinar.

O Programa Construir tem o compromisso de integrar os conhecimentos gerados no âmbito universitário aos benefícios das comunidades atendidas, confirmando que para projetos de desenvolvimento social, a pesquisa-ação torna-se auspiciosa contribuição por explicar, aplicar e implicar aos atores sociais.

A atuação da equipe do Construir possibilita a troca de informações técnicas com àquelas oriundas dos habitantes, conhecedores de sua realidade, e oportuniza aos bolsistas e acadêmicos extensionistas voluntários a convivência com a realidade social e a prática profissional, através do contato com o usuário, da aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula e do aprofundamento destes conhecimentos pela pesquisa, num processo de complementação do saber oferecido pelo ensino curricular. Assim, professores, bolsistas e acadêmicos extensionistas voluntários integrantes do Programa Construir corroboram com o





pensamento de Couto e Bryan (2005), que defendem que a trajetória educativa não termina ao final da graduação, mas que o desenvolvimento das pessoas continua por toda a vida.

Os resultados alcançados a partir dos objetivos propostos buscaram propiciar melhorias nos espaços arquitetônicos e da qualidade de vida da Associação Blumenauense de Amparo ao Menor - ABAM, um maior envolvimento comunitário do Programa Construir e o aprimoramento educacional e social da equipe envolvida, acadêmicos e professores extensionistas.

Agradecimentos

A equipe de professores, bolsistas e acadêmicos extensionistas voluntários do Programa Construir agradece à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PROPEX) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) pela atenção dispensada a esse programa de extensão, permitindo a oportunidade de contribuir para minimizar as necessidades da comunidade blumenauense em geral e da Associação de Amparo ao Menor, em especial.

4. REFERÊNCIAS

ABAM. Associação Blumenauense de Amparo aos Menores. Disponível em: http://www.abamonline.org.br/pt_br/?>. Acesso em: 21 maio 2012.

ANVISA. Agencia Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/agencia. Acesso em: 29 maio 2012.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação da infância pobre em Sergipe:** a cidade de Menores "Getúlio Vargas" (1942-1974). São Cristóvão, SE, 2007. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe.

BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 21 maio 2012.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/conanda>. Acesso em 27 maio 2012.

COUTO, A. P.; BRYAN, N. A. P. (org). **Conhecimento e desenvolvimento sustentável:** dos problemas societais aos fundamentos multidisciplinares. Covilhã: IBI; Campinas: UNICAMP, 2005. p 55-84.

IPEA. Relatório de pesquisa n. 1: Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de Serviços de Ação Continuada – SAC. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/abrigos.pdf >. Acesso em: 17 maio 2012.

ODEBRECHT, Silvia; NOLL, João Francisco; KLEIN, Sheila E. S. Sustentabilidade no Projeto do Centro de interpretação da Natureza ONG Nova Rússia: uma proposta de extensão universitária. **Anais**: XXXVIII – Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. Fortaleza: UFC, 2010.

PARDAL, M. A. et al. In: III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ALFA PLAN





GIES. Función social de la Universidad en la nueva realidad - cómo ambientalizar las actividades universitarias. Costa Rica: Heredia, 2005.

PROGRAMA CONSTRUIR. Disponível em:

http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=1171. Acesso em: 14 maio 2012.

CHALLENGES OF EDUCATION: THEORY AND PRACTICE IN TEAM IN A WORK DEVELOPED TO THE ABAM, BLUMENAU, SC.

Abstract: This paper reports the activities of the Architectural and Engineering services developed for the Association for Assistance to Children of Blumenau – ABAM. The aim is to disseminate the experience of the challenge of educating, from a process of integration between education, research and university extension of the Extension Program Construir. It refers to the service developed in order to meet the requests and needs of that entity which serves children and adolescents in need of family and financial support. To achieve educational and social action, the Program Construir team attracted students and volunteers interested in the subject, witch intend to develop similar projects in their course completion work. The Architectural preliminary draft of two buildings was drawn up: the spaces of family care and shelter for minors, in order to provide functional and sanitary improvements. To this end, it was required seek information at the local institution and, a research work on processes of building projects with the principles of social rehabilitation of needy children and, the law of the National Council for the Rights of the Child and Adolescent - CONANDA and, National Health Surveillance Agency - ANVISA. The results stand out the knowledge acquired in research, in social relations and technical projects, combining theory and practice. It is concluded that the teaching experience with social involvement will improve the quality of life of the community served, bring a greater social involvement of the Program Construir with the community and, educational and social improvement of extension academics and teachers.

Key-words: Teaching, Extension, Challenge, Education, Social participation.